ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SUA APLICABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Leonardo Rodrigues Ferreira¹
Maria Jaqueline da Silva Mandú²
Sandberg Marcel Santos³

RESUMO

O presente artigo trata da análise comparativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua aplicabilidade na área de políticas públicas, com o propósito de demonstrar a utilização do Índice como ferramenta de apoio à Gestão Pública. Parte-se do pressuposto de que o IDH pode ser um excelente instrumento de fomento às políticas públicas. Essa comparação poderá auxiliar os gestores públicos na melhoria das práticas governamentais, no que tange ao investimento em políticas públicas, fazendo-se uso dos utensílios de medição do IDH. O objetivo geral é identificar a relação entre o IDH e sua aplicabilidade nas políticas públicas. Para tanto, realizou-se primeiramente um levantamento do IDH dos países do mundo, com destaque para o Brasil; em seguida, pesquisou-se os indicadores dos estados brasileiros. A coleta de dados foi estruturada a partir das seguintes bases secundárias: (PNUD, 2015) e (ATLAS BRASIL, 2019), de onde foram extraídos indicadores nas áreas de educação, de renda e de longevidade - referenciais de composição do IDH, os quais foram comparados entre o Brasil e outros países. Em adição a isso, aplicou-se correlações estatísticas aos indicadores dos estados brasileiros, utilizando-se das técnicas de análise fatorial e regressão, com o propósito de realizar comparações métricas nas análises estatísticas. Os resultados preliminares revelam várias distorções entre os países, indicando onde há concentração de riquezas e identificando os países mais pobres. A pesquisa aponta também que, ao longo do período avaliativo do IDH, as nações raramente modificam o seu ranking. Percepção idêntica encontra-se no confronto entre os dados relativos aos estados brasileiros. Por fim, assinala-se a importância do acompanhamento do IDH como métrica de evolução dos países, estados e municípios, em que se evidencia o progresso das regiões que aportam mais recursos na área de educação, o que, conseqüentemente, contribui para o aumento da renda e da longevidade populacional. Esse é um reflexo dos países com índice muito alto de desenvolvimento humano.

Palavras-chave: IDH, Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

³ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

INTRODUÇÃO

O que motivou a realização da construção deste artigo foi às observações sobre o porquê dos países ricos e pobres. As observações das variáveis do IDH e a condição de vida humana foram o grande desconforto para fazer comparações entre o Brasil e outros países que utilizam o IDH como indicador de desenvolvimento, destacando aqueles que utilizam o índice como indicativo para melhorar as políticas públicas que refletem diretamente na melhoria do IDH. Outro aspecto avaliado foram os estados brasileiros e sua posição no ranking do referido índice, realizou-se mensurações entre os vários estados no Brasil na perspectiva de educação, longevidade (expectativa de vida) e renda.

Temos como objetivo geral: Identificar a relação entre o IDH e sua aplicabilidade nas políticas públicas. E os objetivos específicos: Levantar os índices dos países e estados brasileiros; Comparar o IDH do Brasil com outros países e entre os estados brasileiros; Associar o IDH com as políticas públicas.

O trabalho justifica-se pela importância em conhecer o IDH que se trata de um indicador relacionado ao desenvolvimento, ou seja, quanto maior o IDH maior o desenvolvimento e quanto menor, pior é o desenvolvimento. Se faz necessário na gestão pública buscar ininterruptamente a melhora contínua desse indicador, pois assim, há uma constatação de desenvolvimento, que trata da qualidade de vida das pessoas, com as políticas públicas adequadas.

Histórico do IDH

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) no início da década de noventa, e tem sido calculado anualmente para diversos países. Foi idealizado para servir como base empírica dos relatórios de desenvolvimento humano, responsáveis por monitorar o processo de desenvolvimento mundial.

Até o surgimento do conceito de Desenvolvimento Humano, o indicador utilizado para se medir o desenvolvimento de uma cidade, região ou nação costumava ser a medida de PIB per capita. Para garantir uma medida mais completa, o Índice de Desenvolvimento Humano foi criado, em 1990, pelos economistas Mahbub ul Haq e por Amartya Sen, laureado com um Prêmio Nobel.

O Índice de Desenvolvimento Humano procura espelhar, além da renda, mais duas características desejadas e esperadas do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população (expressa pela sua esperança de vida ao nascer) e o grau de maturidade educacional (que é avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino). A renda é calculada através do PIB real per capita, expresso em dólares e ajustado para refletir a paridade do poder de compra entre os países.

O IDH no Mundo

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulga todos os anos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

No IDH estão equacionados três sub-índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do sub-índice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). E por último, o sub-índice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer.

Existem diferenças metodológicas entre os dois lançamentos. No cálculo de IDH-E (educação), na metodologia anterior, era composto pela taxa de alfabetização e pela média de anos de estudo. No Novo Atlas a média de anos de estudo foi substituída pela taxa bruta de frequência à escola nos três níveis de ensino, tornando mais semelhante ao IDH internacional. Já o IDH-R (renda): a fórmula de cálculo mudou. Antes, ela apresentava um forte redutor apenas para rendas que ultrapassavam o valor médio mundial. No novo Atlas, seguindo a mudança realizada no IDH internacional em 1999, a fórmula de redução é mais suave e aplicada em todos os valores, a partir de uma função logarítmica. E por último no IDH-L (longevidade) o indicador de esperança de vida do nascer foi recalculado para todos os municípios brasileiros porque foi implementada uma atualização nos cálculos de sobrevivência-padrão.

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

O IDH no Brasil

O último relatório mostrou o Brasil com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,755, a "nota" média para a entrada no grupo de países de "alto desenvolvimento humano". O IDH, que vai de 0 a 1, é usado para medir e comparar o progresso social em diferentes países do mundo, e leva em conta os quesitos educação, renda e longevidade. (PNUD, 2015)

Dentro do Brasil ocorrem diferenças em relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), esse avalia as condições de vida das pessoas em nível geral ou particular, então existem regiões, estados ou municípios com maior ou menor índice de IDH. (ATLAS BRASIL, 2019)

O IDH é avaliado com base nos indicadores sociais (taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, analfabetismo, condições médico-sanitárias etc.).

Através de estudos realizados pela ONU, ficou constado que dentro do território brasileiro existem praticamente cinco países, ou seja, cinco realidades distintas.

De acordo com a tabela 2, podemos classificar o IDH no Brasil da seguinte forma, primeiro a região que compreende o sul, em sua totalidade, abrangendo ainda São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, esses representam o melhor IDH. (PNUD, 2015)

Em segundo está à região intermediária que corresponde aos estados do Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, fazem parte ainda Minas Gerais, Goiás e Amapá.

Na terceira região estão presentes os estados de Tocantins, Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima.

O quarto grupo, ou quarta região, é formado pelo Acre, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, e, por fim, o quinto grupo que é composto pelos estados do Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe e Paraíba. O IDH desses últimos estados pode ser comparado ao dos países mais pobres do mundo, como Bangladesh e Haiti.

TABELA 01 – Ranking global dos países no IDH 2014

Ranking IDH Global	País	IDH 2014
Muito Alto Desenvolvimento Humano		
1	Noruega	0,944
2	Austrália	0,935
3	Suíça	0,930
4	Dinamarca	0,923
5	Países Baixos	0,922
6	Alemanha	0,916
6	Irlanda	0,916
8	Estados Unidos	0,915
9	Canadá	0,913
10	Nova Zelândia	0,913
Alto Desenvolvimento Humano		

71	Venezuela (República Bolivariana da)	0,762
72	Turquia	0,761
73	Sri Lanka	0,757
74	México	0,756
75	Brasil	0,755
76	Geórgia	0,754
77	São Cristóvão e Nevis	0,752
78	Azerbaijão	0,751
79	Granada	0,750
80	Jordânia	0,748
81	Antiga República Iugoslava da Macedônia	0,747
Baixo Desenvolvimento Humano		
178	Guinea-Bissau	0,420
179	Mali	0,419
180	Moçambique	0,416
181	Serra Leoa	0,413
182	Guiné Equatorial	0,411
183	Burkina Faso	0,402
184	Burundi	0,400
185	Chade	0,392
186	Eritrea	0,391
187	República Centro Africana	0,350
188	Níger	0,348

Fonte: (PNUD, 2015)

Com base nos dados apresentados na tabela 01 observamos que o país que obtém o melhor IDH é a Noruega com um índice de 0,944 em uma escala de 0 a 1. E o pior IDH é a do

Níger com um índice de 0,348. O Brasil está na posição 75 entre 188 países é considerado um IDH de Desenvolvimento Humano Alto.

Os dados obtidos a partir da metodologia aperfeiçoada apontam que, a partir de 2014, o Brasil permaneceu na média dos últimos anos no ranking do IDH (2010: 0,724; 2011: 0,730; 2012: 0,734; 2013: 0,747; 2014: 0,755; 2015: 0,754). Para medir longevidade, o PNUD usa a esperança de vida ao nascer, que no Brasil subiu de 2010: 73,9 para 75,5 anos no ano de 2015.

A decomposição do IDH mostra que o Brasil tem um sub-índice de renda superior ao da América Latina, mas inferior à média mundial. Em esperança de vida, supera a média global, mas não a latino-americana. Educação é a dimensão em que o Brasil mais se aproxima dos países ricos e mais se distancia da média mundial.

A dimensão renda do IDH é avaliada pelo Produto Interno Bruto per capita, ajustado pela paridade do poder de compra (dólar PPC, método que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Houve queda na Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* de 2014 (15.175), quando comparada a 2013 (15.288). “O relatório mostrou que do ponto de vista da renda *per capita*, houve pequena retração e é claro que isso afeta também nosso índice de desenvolvimento humano. O país está em 75º lugar no ranking de renda, mesma da colocação no ranking do IDH geral, o Brasil fica atrás de países latino-americanos como a Argentina (40º), o Chile (42º), Uruguai (52º), Cuba (67º) e a Venezuela (71º). O primeiro lugar no *ranking* mundial é da Noruega, seguido pela Austrália e a Suíça. Em último está o Niger. (PNUD, 2015)

TABELA 02 – Ranking dos estados brasileiros no IDH 2010

Espacialidades	Esperança de vida ao nascer 2010	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Brasil	73,94	0,727	0,739	0,816	0,637
Acre	71,63	0,663	0,671	0,777	0,559
Alagoas	70,32	0,631	0,641	0,755	0,52
Amapá	73,8	0,708	0,694	0,813	0,629
Amazonas	73,3	0,674	0,677	0,805	0,561
Bahia	71,97	0,66	0,663	0,783	0,555
Ceará	72,6	0,682	0,651	0,793	0,615

Distrito Federal	77,35	0,824	0,863	0,873	0,742
Espírito Santo	75,1	0,74	0,743	0,835	0,653
Goiás	74,6	0,735	0,742	0,827	0,646
Maranhão	70,4	0,639	0,612	0,757	0,562
Mato Grosso	74,25	0,725	0,732	0,821	0,635
Mato Grosso do Sul	74,96	0,729	0,74	0,833	0,629
Minas Gerais	75,3	0,731	0,73	0,838	0,638
Pará	72,36	0,646	0,646	0,789	0,528
Paraíba	72	0,658	0,656	0,783	0,555
Paraná	74,8	0,749	0,757	0,83	0,668
Pernambuco	72,32	0,673	0,673	0,789	0,574
Piauí	71,62	0,646	0,635	0,777	0,547
Rio de Janeiro	75,1	0,761	0,782	0,835	0,675
Rio Grande do Norte	72,52	0,684	0,678	0,792	0,597
Rio Grande do Sul	75,38	0,746	0,769	0,84	0,642
Rondônia	72,97	0,69	0,712	0,8	0,577
Roraima	73,51	0,707	0,695	0,809	0,628
Santa Catarina	76,61	0,774	0,773	0,86	0,697
São Paulo	75,69	0,783	0,789	0,845	0,719
Sergipe	71,84	0,665	0,672	0,781	0,56
Tocantins	72,56	0,699	0,69	0,793	0,624

Fonte: (ATLAS BRASIL, 2019)

Metodologia

Foram construídos dois índices sintéticos em nível municipal: o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** e o **Índice de Condições de Vida (ICV)**.

A metodologia básica adotada na construção tanto do IDH quanto do ICV segue três etapas. Na primeira, escolhe-se os indicadores utilizados e define-se como estes serão divididos entre as dimensões. O IDH baseia-se em quatro indicadores, agrupados em três dimensões, enquanto o ICV inclui 18 indicadores, dentro de cinco dimensões.

A segunda etapa consiste em transformar os diversos indicadores em índices cujos valores variem entre **zero** e **um**, de tal forma que valores mais elevados indiquem melhores condições de vida. Obter, a partir de um indicador, um índice com estas características requer: (i) escolher o pior e o melhor valor possíveis do indicador (estes valores podem representar tanto os limites teóricos para o indicador como o intervalo de variação em que se espera que este deva recair para todos os efeitos práticos); e, (ii) com base no valor observado para o indicador e nos limites estabelecidos para ele, obter o índice através da fórmula:

$$\text{índice} = (\text{valor observado para o indicador} - \text{pior valor}) / (\text{melhor valor} - \text{pior valor})$$

Esta expressão garante que o índice permaneça sempre entre zero e um, pelo menos enquanto o valor observado pelo indicador continuar dentro dos limites estabelecidos. Assim, quanto mais o valor observado se aproximar do valor delimitado como melhor, mais o índice tenderá para o valor um (melhor situação). Na situação oposta, quando o valor observado se aproximar do pior valor, o índice tenderá para zero (pior situação).

As Políticas Públicas

Chamam-se políticas públicas, as ações governamentais sejam municipal, estadual ou federal, desenvolvidas para o bem estar do povo, da comunidade que situa-se naquela localidade. A implementação de políticas voltada para o bem estar social, está dentro do objetivo geral das políticas públicas, estas ações tem como principal agente o governo, é ele quem define quais os programas e ações serão desenvolvidas para melhoria da localidade. O governante é o representante do povo para administrar a localidade, a ele é incumbida a responsabilidade de gerir a economia e o desenvolvimento da localidade que representa.

A implementação corresponde à execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas, baseada em um diagnóstico prévio e um sistema adequado de informações.

As decisões na maioria das políticas setoriais constituem apenas inovações em relação a políticas existentes ou manutenção de políticas existentes realizando ajustes incrementais de metas, recursos e prazos de execução. (ATLAS BRASIL, 2019)

A utilização do IDH para as Políticas Públicas.

Como se estruturam experiências locais de bons governos, entendidos esses como os que propiciam condições para a participação popular na produção de políticas públicas que por sua vez bloqueiem ou neutralizem a vigência de práticas predatórias na relação entre agentes públicos e cidadãos. Trata-se de esclarecer, através do exame de alguns casos, as condições para a institucionalização de práticas de gestão descentralizadas fundadas na cooperação público/privado e na instauração de mecanismos. Tendo em vista determinadas características do contexto urbano, como diferentes graus de complexidade administrativa em função de tamanho e população, características da plataforma de governo e orientação partidária das administrações municipais.

A utilização do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) como indicativo para alertar e publicar a situação econômica e social do país, estado ou município teve uma contribuição determinante no crescimento ou desenvolvimento regional, pois é gerada uma expectativa em volta dos indicativos do IDH e quando o resultado fica abaixo do esperado, existe toda uma pressão social voltada para a melhoria do índice que é de conhecimento de todos. Desde quando o IDH foi instituído, as regiões que estavam em péssimas condições tiveram melhoras significativas nos seus índices, porque a sociedade de certa forma faz pressão para melhoria daquela localidade, as variáveis são de acesso público e condicionante para demonstrar que houve fragilidade na administração pública, o gestor público tem preocupação em melhorar os índices porque, ele sabe que vai ser cobrado e avaliado.

A aplicabilidade do índice IDH nas políticas públicas demonstra que o gestor deve trabalhar no sentido de melhorar as variáveis que compõem o IDH, porque existem meios de acompanhar a arrecadação da localidade e como o gestor público está administrando esses recursos, que atrelado a lei de responsabilidade fiscal, a transparência e fiscalização dos órgãos responsáveis, a opinião pública que através da mídia, deixa evidente a má administração governamental, são evidências que estão alertando o gestor público, ele sabe que se utilizar das políticas públicas apropriadas e tendo como indicativo o IDH que analisa aspectos como educação, renda, saúde (longevidade) são determinantes para melhorar a qualidade de vida e conseqüentemente o desenvolvimento da localidade que governa.

Considerações Finais

Diante destes breves conceitos e análises, fica evidente, portanto, que o IDH é determinante para todo e qualquer gestor público situar-se em relação ao crescimento, desenvolvimento e qualidade de vida da população, e que as variáveis que compõem o IDH são determinantes para verificar a fragilidade nas áreas que são a base de qualquer sociedade organizada que busca seu desenvolvimento. Verificamos que no Brasil existem várias realidades, encontramos os três níveis de IDH – baixo, médio e alto, que expõem realidades bem diferentes no qual o IDH é adaptado para refletir melhor a realidade.

Entendemos que quando se faz políticas públicas com seriedade, juntamente com o conhecimento de algumas variáveis que compõem o IDH e se trabalha nas fragilidades e deficiências, destas variáveis, verifica-se que há uma melhoria das condições de vida do povo. E a administração pública é agente determinante na eficácia desde processo.

O IDH tem contribuído para melhoria das condições de vida, pois a opinião pública através da mídia torna evidente a situação da condição humana e qualidade de vida, fazendo com que se haja uma melhora das situações mais evidentes, o gestor público quer continuar na sua evolução política e fazer seu marketing político e vem utilizando o ranking do IDH para demonstrar a eficiência da sua administração.

Referências

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso: 15 out. 2019.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – Versão 1.0 – 2003 [Online]
Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/>> Acesso: 12 out. 2019.

IDH INTERNACIONAL Base de Dados no Excel [Online] Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso: 15 out. 2019.

IDH NO BRASIL. Base de Dados no Excel [Online] Disponível em:
<<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/>> Acesso: 14 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL [Online] Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/>>
Acesso: 13 out. 2019.